

Flavio Loureiro CHAVES

UFSM

Permito-me narrar uma experiência que considero típica do estado de coisas vigente nos cursos de pós-graduação em Letras em nosso país. Lecionava a disciplina Literatura Brasileira, cuja titularidade então eu ocupava na Universidade Federal do Rio Grande do Sul; meu seminário intitulava-se A ficção de Machado de Assis. Após duas ou três tentativas semestrais, vi-me na contingência de incluir entre os pré-requisitos indispensáveis à matrícula neste seminário justamente... a obra de Machado de Assis. Ou seja, os alunos inscreviam-se num curso pós-graduado sobre Machado mas ainda não haviam lido a obra de Machado.

Inicia aqui o cotidiano do pós-graduação tal como o vemos hoje na área de literatura. Trata-se de um território no qual se lê pouco e se escreve menos ainda, como norma geral. Tenho assistido, com interesse e sempre ciente da sua importância, o debate sobre a organização estrutural e o financiamento do setor de pós-graduação. Creio, entretanto, que há de haver espaço para abrimos uma outra discussão, aliás intimamente integrada à primeira: a discussão sobre

---

\* Conferência proferida no encontro "A pesquisa em Letras", promovido pelo Curso de Mestrado em Letras - UFSM, em 12/12/97.

---

a política pedagógica de nossos cursos e o perfil do intelectual que estamos não só formando mas incluindo no contingente de mestres e doutores que devem, na ponta final, realimentar o circuito acadêmico.

Volto portanto à minha experiência. Nela, identifico não só a rarefação da bagagem intelectual oriunda do graduação, mas também um outro ponto de estrangulamento. Refiro-me à pesquisa e à relativa impossibilidade de desenvolver e executar hipóteses viáveis de trabalho com o atual contingente letrado. Exemplifico. No cotidiano do curso pós-graduado em que trabalhei (e era, um dos melhores qualificados na avaliação nacional) tinha ocorrido a perda absoluta dos parâmetros referenciais. Discutia-se o Grande Sertão: Verdades de João Guimarães Rosa mas pouquíssimos podiam referi-lo à Divina Comédia de Dante ou ao Fausto de Goethe. Analisava-se o "romance histórico" brasileiro, mas apenas dois ou três conheciam efetivamente o Guerra e Paz de Tolstoi. E talvez fosse inútil buscar no estardalhaço em torno da chamada literatura latino americana alguém que conhecesse o texto do Tirano Banderas, de Don Ramón del Valle-Inclán, o mestre galego ao qual Astúrias, Roa Bastos e García Marquez tudo devem. Prefiro deixar em suspenso outros casos que multiplicariam a relação ad nauseam: Clarice Lispector e Virginia Woolf, Nelson Rodrigues e a tragédia grega, e assim por diante.

Quero deixar claro que não estou referindo aqui a literatura comparada, procedimento metodológico válido e eficaz que, hiper-

---

trofiado em modismo acadêmico nos últimos tempos, só veio agravar o problema, inflando os cursos de teses inúteis onde via de regra compara-se arbitrariamente nada com coisa nenhuma. Para mim a questão ainda é mais elementar e, por isso, muito mais grave. O pós-graduando de literatura, hoje, já não possui mais os referenciais indispensáveis à abordagem da literatura brasileira, que, como ensina Antonio Candido em passagem decisiva, é ramo secundário de outra literatura secundária no ciclo histórico do subdesenvolvimento e da dependência cultural. Como analisar e discutir licitamente a superação dos modelos matriciais se deixamos simplesmente de conhecê-los na experiência primária da leitura?

A verdade é que, diante dessa realidade cotidiana do pós-graduação, obriguei-me a parafrasear Otto Maria Carpeaux. Em 1958, ele indicou, numa listagem famosa, os 100 títulos da literatura universal indispensáveis ao homem culto. Embora corresse o risco das idiosincrasias fatais, acabei por elaborar uma lista dos 50 textos que compunham uma blindagem mínima, desprovido da qual o candidato a homem culto (quero dizer, nossos mestrandos e doutorandos) simplesmente não poderiam começar a discutir a literatura brasileira, sua identidade, sua formação e a importância decisiva que lhe cabe neste fim de milênio. A lista passou a ser distribuída junto ao programa de estudos. Hoje, vai anexa ao presente texto como parte integrante.

---

A origem do problema que estou referindo é evidente. Podemos cobrá-la ao curso de graduação, compartimentado na falácia absoluta de uma especialização precoce, onde a valorização da teoria literária está em relação assimétrica à bagagem verdadeiramente franciscana que provê aos alunos enquanto experiência de leitura. E note-se que estamos falando dos melhores e mais dotados dentre os alunos, isto é, aqueles que imediatamente ingressam no pós-graduação, postulando os graus de mestre e doutor. Meu ângulo de análise é aquele de um professor de literatura brasileira; mas eu poderia invertê-lo. Se é verdade que, em nosso cotidiano, quem sai mestre e doutor em Literatura Brasileira ainda não leu Shakespeare, não é menos verdadeiro que, em geral, os mestres e doutores nas literaturas anglo-saxônicas não leram Machado de Assis... Respeito as exceções, é claro, mas não é dessas que estou falando. Interessame visualizar um perfil médio do pós-graduação e sua densidade intelectual média, pois é sobre ela que se poderá desenhar uma política pós-graduada e seu projeto pedagógico.

Diante disso eu pergunto singelamente: o que se lê e quando se lê no cotidiano do pós-graduação em Letras? Podemos testemunhar os avanços notáveis que, durante os últimos vinte anos, ocorreram no campo teórico, afinando cientificamente os instrumentos de trabalho, aprimorando a análise textual, para afastar-nos quer do impressionismo, quer do reducionismo ideológico. Entretanto, talvez tenhamos sido infiéis à lição de Roland Barthes quando advogou justamente a primazia dos textos, sua vigência e a respectiva pluralidade

---

das interpretações possíveis ou, para dizer tudo, o prazer do texto. Este já não vigora em medida suficiente enquanto prática cotidiana do pós-graduação. E, ao perder o prazer do texto, nós perdemos a própria literatura dentro da qual se forma o homem culto. Toda vez que distribuo a lista que há pouco mencionei, sou forçado a esbarrar num princípio elementar e originário do nosso magistério. A literatura está nos textos, e sua leitura naturalmente precede a nossa vaidade de dissertar sobre os textos; todo aluno de Letras terá de ser sobretudo um bom leitor e qualquer mestre também deve sê-lo.

Proponho uma política pedagógica para o cotidiano pós-graduado no Brasil - a política da leitura. Estou hoje convencido de que não pode haver bons profissionais que conheçam Machado e não tenham lido Stendhal ou teóricos competentes que não sejam capazes de produzir uma página sobre Rubem Fonseca, embora especializados no último desconstrucionismo moderninho. E, no entanto, como disse há pouco, os candidatos a um seminário pós-graduado sobre Machado de Assis não leram Machado.

Ora, a política da leitura há de ser ampla, geral e irrestrita para afirmar-se como prática cotidiana. Nela pesam tanto as obras de autores nacionais como aquelas dos estrangeiros. Nós só alcançaremos a explicação de nossa própria identidade e do nosso circuito histórico se, na amplitude do conhecimento adquirido, formos capazes de amarrá-la à tradição do Ocidente e ao conspecto amplo da literatura ocidental.

---

Por outro lado, é necessário reconhecer que a política da leitura, muito embora configure uma proposta até elementar, exige essencialmente uma mudança de mentalidade. É inútil elidir o problema simplesmente jogando a culpa em cima da formação graduada. Da mesma forma é inoperante desviá-lo para as chamadas "reformas" estruturais. Não se alcança reformar nada modificando a grade curricular do modelo pós-graduado que aí está, mudando disciplinas de lugar, acrescentando algumas e subtraindo outras. Trata-se, com efeito, de mudar a mentalidade falsamente pedagógica que grassa em nossos cursos e os transformam em acúmulo de conhecimentos teóricos cuja utilidade social é, quando menos, discutível. A política da leitura, em todos os seus níveis, visa ao perfil do homem culto. Se algum dia a perdemos, restabelecê-la é uma das tarefas cruciais com que nos defrontamos na atualidade.

Isto posto, devemos considerar que a política da leitura está em íntima conexão com outra questão básica a ser profundamente avaliada na situação atual do pós-graduação. Passarei a denominá-la política da escritura. E vou diretamente à pergunta que me proponho, nos últimos tempos, sempre que devo ler ou examinar uma dissertação de mestrado ou uma tese de doutorado. Afinal, qual é a língua que estamos utilizando hoje na universidade brasileira? Em qual língua estamos redigindo no cotidiano da nossa vida intelectual dentro das universidades? Trago comigo a infeliz suspeita de que não

---

é a língua portuguesa. Talvez seja um idioleto aproximado, cuja classificação científica desconheço.

Também neste caso, reconhecendo a existência das exceções, quero, entretanto, diagnosticar uma "linha média" que caracteriza os fatos e sua densidade média.

Uma vez concluídas todas as disciplinas do curso de pós-graduação e armazenados os respectivos créditos, os candidatos ao mestrado e ao doutorado redigem suas teses. Chegamos então a um momento constrangedor. As falhas de conteúdo sempre terão sido sanadas por um orientador consciencioso. Não obstante, a maioria absoluta dos orientandos tem de ser obrigatoriamente encaminhada aos cuidados cirúrgicos de algum especialista em língua portuguesa. Este, devidamente avisado e remunerado, passará então a remendar, sem anestesia, todos os erros de sintaxe, ortografia, regência verbal e demais mazelas lingüísticas que recheiam o trabalho já concluso. Questões e acidentes que, salvo grave engano meu, terão sido objeto do já longínquo exame vestibular.

Sei perfeitamente que estou trafegando num terreno explosivo. Nem por isso deixarei de expressar com meridiana clareza meu sentimento de que estamos desaprendendo a redigir em língua portuguesa no cotidiano dos cursos de pós-graduação. Ou estamos simplesmente desaprendendo a redigir. Detalhando um pouco mais: o mesmo pós-graduando que não pratica a leitura como ato cotidiano

---

(porque perdeu o prazer do texto) é aquele que não escreve, pois o curso não lhe apresenta esta exigência de forma intensa e iterativa. Às vezes, até pode ser capaz de dissertar com relativo desembaraço sobre as últimas teorias lingüísticas; mas, isoladamente, isso de nada serve, nem sob o ponto de vista da sua formação individual, nem sob o ponto de vista da utilidade social. Afinal, também aqui esbarramos na bagagem herdada do curso de graduação, onde parece ter se tornado verdadeiro labéu infamante o puro e simples ensino da língua, isto é, o desenvolvimento da capacidade de redação e expressão. Tudo ocorre em benefício de uma pretensa especulação nas teorias lingüísticas, às quais os docentes dedicam boa parte da sua carga horária no item "pesquisa".

Dentre todos, este parece-me o problema de maior gravidade. Ocorre precisamente aí a ruptura de uma relação sistêmica entre o nível da graduação e o da pós-graduação. E por ser de natureza sistêmica, esta relação não pode sofrer interrupções; ela é realimentadora da formação científica. Na verdade, permanecendo ágrafos até o momento de postularem o grau de mestre e doutor, a maioria dos nossos orientandos (que já são também docentes em outros níveis de ensino) termina realimentando o sistema às avessas; não faz senão transmitir suas próprias falhas e deficiências.

Pergunto: a redação em língua portuguesa vem sendo uma prática cotidiana nos cursos de pós-graduação em Letras? Creio que a prática da escritura ainda não foi imposta como lei cogente da

---

vida intelectual, por estranho que isto possa parecer, salvo na instância final quando estamos no limiar de uma dissertação ou de uma tese.

Proponho uma linha política, a somar-se com a primeira sugestão há pouco formulada: a política da escritura. O universo das idéias de cada trabalho acadêmico já não será ilegível ou formalmente inadmissível se logramos alimentar diuturnamente a conservação e o aprimoramento da língua portuguesa. Faço esta proposta enquanto professor não da área de língua mas da área de literatura. Afinal, o problema nos pertence a todos indistintamente. No cotidiano do pós-graduação em Letras, o domínio do discurso em língua portuguesa já deixou de ser apenas um obstáculo entre outros. Eu creio que atingiu um ponto crítico, tornando-se uma questão patrimonial. Como tal, só pode ser objeto de uma decisão política no sentido mais profundo. O que devemos decidir, a curto prazo, é se vale a pena e se está em nossa vontade a preservação desse patrimônio, ou bem renunciamos ao traço decisivo da nossa identidade cultural.

Acredito que aí devemos aludir novamente à mudança urgente de uma mentalidade perversa que, sobrepondo a teoria à prática, acabou por subverter relações naturais. Temos de reconstituir agora o vínculo entre língua e literatura na unidade de um só projeto pedagógico. Isto só ocorrerá, como norma viável do nosso cotidiano, numa fórmula que combine harmonicamente a humildade e a inteli-

---

gência. Quero dizer, quando os cursos de Letras, em todos os níveis de ensino e pesquisa, assumirem a sua responsabilidade de cursos de redação. Refiro-me a uma vida intelectual cujo cotidiano inclua como norma cogente, repito, a escritura e a correção permanente do que se redige. Desempenho de uma nobre tarefa originária, aliás, resgatando a herança comum do patrimônio que o velho mestre Fidelino de Figueiredo via criar-se na "luta pela expressão".

A política da leitura e a política da escritura apresentam-se, pois, como faces complementares e indissociáveis do mesmo projeto na situação que se desenha hoje dentro dos cursos de pós-graduação. Mas é certo que, ao referi-las, acabamos por tocar no problema mais profundo da interdisciplinaridade. Nestes últimos anos a questão ressurgiu com notável ênfase e vem sendo discutida sob vários aspectos. Reafirma-se novamente a circularidade do conhecimento, estendendo relações entre os diversos campos do saber. De resto, é interessante assinalar que, ressalvados os aspectos de modernização metodológica, este movimento não é senão um retorno aos princípios salutares da antiga "universidade clássica". Conforme a lição de Rodolfo Mondolfo, esta foi essencialmente integradora, perseguindo ao longo de sua trajetória a unidade do saber na diversidade das aprendizagens. Nos nossos dias, é respeitável o avanço obtido, por exemplo, nos estudos inter-semióticos e no reconhecimento das literaturas periféricas, para mencionar apenas dois casos.

---

Resta ver entretanto que a interdisciplinaridade, na área de Letras e de seus estudos pós-graduados, apresenta-se sob um duplo aspecto, talvez contraditório. Por um lado, as novas conquistas estendem a ponte entre História e Literatura, entre esta e a Filosofia, às vezes alcançam até mesmo as manifestações musicais e as artes plásticas. No entanto, como se acaba de ver, permanecem segmentadas e isoladas em compartimentos quase incomunicáveis, dentro dos próprios cursos que as abrigam, os setores de língua portuguesa e de estudos literários. Não há integração efetiva sobretudo entre as literaturas brasileira e portuguesa, onde semelhante relacionamento seria originário e natural.

Deve-se compreender, assim, que existem dois circuitos da interdisciplinaridade. Um circuito externo, que pode estabelecer o vínculo entre a área de Letras e as demais ciências. Mas também um circuito interno, que deve assegurar de maneira ininterrupta a integração entre língua e literatura. Se assim não for, permaneceremos no círculo vicioso de cursos letrados onde não se lê ou não se escreve ou, na melhor das hipóteses, onde se lê pouco e se redige mal.

Configura-se uma situação singular na qual somos capazes de estabelecer o diálogo das letras em geral com as demais ciências sociais numa rede complexa. No entanto, ainda não fomos capazes de promover a integração de nossas próprias disciplinas numa grade curricular cuja funcionalidade seja efetiva.

---

A interdisciplinaridade, em nosso caso, deveria portanto acontecer no espaço que Norberto Bobbio denominou dialética da polaridade, referindo-se às ciências sociais. Na pesquisa lingüística e literária, temos nossa atenção mobilizada para a universalidade, isto é, aquelas conquistas intelectuais que podem inserir a nossa cultura dentro da cultura ocidental no panorama deste final de milênio. No outro extremo, não é menos verdade que só chegaremos lá mediante um preciso afinamento dos instrumentos de trabalho e comunicação. Assim, interdisciplinar será necessariamente a vinculação da área de Letras às demais ciências; mas também a sua revisão interna, ultrapassando urgentemente a segmentação que hoje estabelece um verdadeiro abismo a separar língua e literatura.

Não me incluo entre os pessimistas ou arautos de uma crise insanável no quadro atual das ciências humanas e da produção literária que a universidade pode oferecer através do ensino e da pesquisa. Por isso mesmo, penso que é urgente e prioritário o debate das questões que procurei levantar. Como disse ao início, muito se discute sobre o financiamento à pesquisa e os recursos que as agências de fomento podem e devem carrear para a área de Letras. Mas nada disso cobra vigência se ainda não somos capazes de responder à pergunta crucial sobre a nossa identidade. Afinal, qual é a política pedagógica que queremos e propomos para uma pós-graduação cientificamente qualificada?

---

INDICAÇÕES DE LEITURA:

(Pré-requisitos à disciplina Literatura Brasileira)

1. Homero, *Iliada*; *Odisséia*
2. Sófocles, *Tragédias*
3. Dante, *A divina comédia*
4. Boccaccio, *Decameron*
5. Petrarca. *Obra poética*
6. Luis de Camões, *Os Lusíadas*
7. Cervantes, *Dom Quixote*
8. Shakespeare, *Macbeth*
9. Sterne, *A vida e as opiniões de Tristram Shandy*
10. Choderlos de Laclos, *As relações perigosas*
11. Balzac, *A comédia humana*
12. Stendhal, *A cartuxa de Parma*
13. Melville, *Moby Dick*
14. Flaubert, *Madame Bovary*
15. Baudelaire, *As flores do mal*
16. Lewis Carroll, *Alice no país das maravilhas*
17. Tolstói, *Guerra e paz*
18. Dostoievski, *Os demônios*
19. Tchekhov, *Contos*
20. Machado de Assis, *Histórias sem data*
21. Eça de Queirós, *Os Maias*
22. Joseph Conrad, *Nostromo*
23. Proust, *Em busca do tempo perdido*
24. Pirandello, *Henrique IV*
25. T. S. Eliot, *A terra desolada*
26. James Joyce, *Ulisses*
27. Italo Svevo, *A consciência de Zeno*
28. Thomas Mann, *A montanha mágica*
29. Konstantinos Kaváfis, *Poemas*
30. Fernando Pessoa, *Obra poética*
31. García Llorca, *Obra poética*
32. Valie-incían, *O Tirano Banderas*
33. Faulkner, *O som e a fúria*
34. John dos Passos, *1919*

- 
35. Graciliano Ramos, São Bernardo
  36. Brecht, Galileu Galilei
  37. Albert Camus, A Peste
  38. Simenon, Sangue sobre a neve
  39. Dino Buzzati, O deserto dos tártaros
  40. Juan Rulfo, Pedro Páramo
  41. Samuel Beckett, Fim de partida
  42. Guimarães Rosa, Grande Sertão: Veredas
  43. Carlos Drummond de Andrade, Obra poética
  44. João Cabral de Melo Neto, Obra poética
  45. Jorge Luis Borges, O Aleph
  46. Lampedusa, O Leopardo
  47. Musil, O homem sem qualidades
  48. García Márquez, Cem anos de solidão
  49. Umberto Eco, O nome da rosa

Referências Bibliográficas:

CARPEAUX, Otto Maria. *História da literatura ocidental*

PRIESTLEY, J. B. *Literature and western man*

HAESER, Arnold. *História social de la literatura y dei arte*